

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E GERENCIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**TEMAS EM ECONOMIA MONETÁRIA: UMA RESENHA SOBRE O
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, O MERCADO DE CRÉDITO E O
SPREAD BANCÁRIO.**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

JANAÍNA DE JESUS SANTOS

MARIANA – MG

AGOSTO/2016

JANAÍNA DE JESUS SANTOS

**TEMAS EM ECONOMIA MONETÁRIA: UMA RESENHA SOBRE O
O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, O MERCADO DE CRÉDITO E O
SPREAD BANCÁRIO**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção de **Grau de Bacharel em Ciências Econômicas.**

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Nazaré

MARIANA-MG

DECEG/ICSA/UFOP

AGOSTO/2016

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

S237t Santos, Janaína de Jesus

Temas em economia monetária: uma resenha sobre o Sistema Financeiro Nacional, o mercado de crédito e o spread bancário [CD-ROM] Janaína de Jesus Santos.-Mariana, MG, 2016.

1 CD-ROM; 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais DECEG/ICSA/UFOP

1. Créditos - Teses. 2. Instituições financeiras - Teses. 3. Economia - Teses. 4. Planilhas eletrônicas - Teses. 5. MEM. 6. Monografia. I. Nazaré, Ronaldo. II. Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 330.342.14

: 15

: 1415529

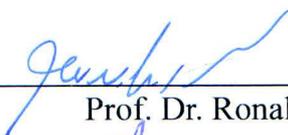
JANAÍNA SANTOS DE JESUS

Curso de Ciências Econômicas - UFOP

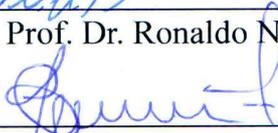
TEMAS EM ECONOMIA MONETÁRIA: UMA RESENHA SOBRE O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, O MERCADO DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Ronaldo Nazaré

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Ronaldo Nazaré



Prof. Dr. Chrystian Soares Mendes



Prof. Dr. Me. Pedro Augusto Alvim Sabino

Mariana, 15 de Agosto de 2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por sempre iluminar meus caminhos, me proteger e me dar força para vencer as dificuldades da vida.

À minha mãe por me apoiar sempre e não medir esforços para me ajudar, você sempre será meu exemplo e minha motivação, devo tudo isso à você. Aos meus familiares pelo apoio e por entenderem a distância.

Agradeço aos meus amigos pelo companheirismo, incentivo, boas conversas e ótimos momentos. Sou muito grata por tê-los conhecido. Em especial ao Mateus e à Gabi, por todo apoio nesta etapa final.

À República Patotinha, por me acolher, ser lar e família quando eu mais precisei. Lugar onde fiz amigos pra vida toda, os quais viraram minha segunda família, lugar de grandes aprendizados, onde cresci e pude compartilhar vida, sorrisos e momentos com pessoas muito especiais.

E por fim agradeço UFOP pelo ensino qualidade. Ao ICESA e aos professores do curso de Ciências Econômicas pelo ensino, pela convivência e pelo conhecimento compartilhado nestes anos.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte desta conquista, agradeço pelas energias positiva, um ciclo se encerra para dar início a novos caminhos. Obrigada!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	V
LISTA DE GRÁFICOS	VI
LISTA DE QUADROS.....	VII
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VIII
1 INTRODUÇÃO	11
2 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO	13
2.1 A Reforma bancária de 1964	14
2.2 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional	16
2.2.1 Órgãos normativos	18
2.2.2 Entidades supervisoras	19
2.2.3 Entidades de operação	21
2.3 A reestruturação econômica da década de 90.....	22
3 O MERCADO DE CRÉDITO BRASILEIRO E SUAS MODALIDADES	25
4 SPREAD BANCÁRIO	32
4.1 O que é o <i>spread</i> bancário	32
4.2 Evoluções do <i>spread</i> bancário no Brasil	33
4.3 Taxas de juros bancárias e sua relação econômica.....	40
4.4 Estrutura e composição do <i>spread</i>	41
4.5 Determinantes do <i>spread</i> e metodologia do Banco Central	43
5 CONCLUSÃO.....	50
6 BIBLIOGRAFIA	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro	17
Tabela 2 - Evolução do número de instituições bancárias no Brasil	23

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito em relação ao PIB	30
Gráfico 2 - Spread médio das operações de crédito com recursos livres – Total geral	34
Gráfico 3 - Spread médio para operações de crédito com recursos livres referenciais	35
Gráfico 4 - Spread bancário médio de alguns países da América Latina 2000 - 2014.	37
Gráfico 5 - Spread médio de alguns países em desenvolvimento 2000 - 2014	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Decomposição do Spread 2001 - 2007 - Unidade (%).....	47
Quadro 2 - Decomposição do Spread 2008- 2014 - Unidade (%).....	48

LISTA DE ABREVIATURAS

BB – Banco do Brasil

BCB – Banco Central do Brasil

CACEX – Câmbio e Comercio Exterior

CAMOB – Caixa de Mobilização Bancária

CARED- Carteiras de Redesconto

CDI – Certificado de Depósitos Interbancários

CMN – Conselho Monetário Nacional

CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados

CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar

COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional

CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

DEPEP - Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras

LTN – Letras do Tesouro Nacional

PIB – Produto Interno Bruto

PREVIC– Superintendência Nacional de Previdência Complementar

SELIC – Sistema de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SUCEP – Superintendência de Seguros Privados

SUMOC – Superintendência da Moeda e do Crédito

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução do *spread* bancário no Brasil, juntamente com uma breve análise sobre o mercado de crédito e o sistema financeiro do país, visando expor a relação entre estas vertentes e qual o seu impacto para o desenvolvimento do mercado e economia em geral. Utilizando-se de bibliografias relacionadas ao mercado financeiro, de crédito e ao *spread* bancário. E com base na mesma, foi possível observar e ressaltar a importância da expansão do crédito e a redução dos *spreads* para o crescimento econômico do país.

Palavras-chave: spread bancário, crédito, sistema financeiro, economia.

ABSTRACT

The current undergraduate thesis has the goal of analyzing the evolution of the Brazilian interest rate spread, alongside with a brief analysis about the credit market and the country's financial system, in order to expose the relation between these sides and its impact for the market and economy developing in general. Therefore, it was used a wide variety of papers as references and research, related not only to the financial and credit market but also to the banking spread. Based on that, it was possible to observe and highlight the importance of credit expansion and reduction of net spread to the economic growth of the country.

Key-words: interest rate spread, credit, financial system, economy

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução do *spread* bancário no Brasil no período de 2003 a 2014. Também se objetivou exemplificar e definir o mercado de crédito brasileiro, suas modalidades, submodalidades e particularidades de cada operação. Bem como seu crescimento e expansão no país, visando expor sua evolução e sua relação com o *spread* bancário no Brasil e buscando abranger o impacto dos *spreads* para o desenvolvimento do mercado de crédito e economia em geral.

Com base no relatório *Spread* e juros bancários do DIEESE (2012), que buscou justificar a necessidade de reduzir o *spread* bancário no Brasil, observou-se que apesar da evolução do sistema de crédito no Brasil ao longo dos últimos anos, o Brasil ainda apresenta algumas barreiras ao crédito. O *spread* pode ser citado como uma das contribuições à existência de tais barreiras e este será discutido no cap. 4 desse trabalho.

Dessa forma, o relatório ressalta a importância das taxas de juros bancárias para diversos segmentos da sociedade, visto que suas variações podem afetar de formas diversas tanto o setor público como privado, algumas variáveis importantes para a dinâmica econômica do país como, por exemplo, custos, consumo, investimento, orçamentos, entre outros.

O alto *spread* que o Brasil apresenta contribui segundo Costa e Nakane (2005) para a combinação desfavorável de baixa relação crédito / PIB e de altas taxas de juros das operações de crédito no país, constituindo restrição à obtenção de crédito e, por consequência, ao crescimento econômico.

“Em realidade, o alto custo do crédito, combinado com o baixo crescimento, é, em grande medida, responsável pela baixa oferta de crédito no País” (LEAL; PAULA, 2011). Efetivamente, salvo que o Brasil apresenta altos índices de *spread*, e este está intimamente ligado à oferta de crédito no país, este trabalho busca entender e expor melhor esta relação.

Em virtude disso, buscou-se com o presente trabalho, entender a formação do Sistema Financeiro Nacional, quais mudanças ocorreram no cenário econômico e político para se

formar a sua estrutura atual, e como estas mudanças impactaram no mercado de crédito, bancário e na economia em geral.

Nesse contexto, objetivou-se primeiramente estudar e apresentar o conceito e o desenvolvimento do sistema bancário e do Sistema Financeiro Nacional ao longo dos anos, quais os acontecimentos políticos e econômicos ocorreram desde então para se chegar até a estrutura atual. Conceituar e expor o mercado de crédito brasileiro e suas modalidades, sua trajetória desde o período pós Plano Real. Ademais, apresentar o conceito de *spread* bancário, sua composição, estrutura e sua relação com o mercado de crédito brasileiro. Bem como sua evolução no decorrer dos anos, tanto para pessoas físicas e jurídicas, quanto se comparando a outros países.

Visando dessa maneira, explicar a relação entre os spreads e o mercado de crédito brasileiro e expor a importância das taxas de juros bancárias para a expansão dos mercados e da economia em geral, este trabalho apresenta além dessa seção introdutória, mais 3 seções.

A próxima seção resume o que é o Sistema Financeiro Brasileiro e é dividida em três subseções, a primeira delas aborda a introdução da reforma bancária em 64 e as mudanças que ela gerou. A segunda subseção expõe a atual formação do Sistema Financeiro Nacional e a terceira aborda a economia da década de 90 e sua reestruturação. A seção 3 trata do mercado de crédito no Brasil e suas modalidades. Já a seção 4 refere-se ao Spread Bancário, bem como sua estrutura e evolução no Brasil. Por fim, a seção 5, a qual se encontra a conclusão desse trabalho.

2 O SISTEMA FINANCEIRO BRASILEIRO

Com base em Fortuna (2005), o sistema financeiro de um país pode ser definido como o conjunto de instituições e mercados que têm como finalidade assegurar e canalizar a poupança destinada para o investimento, e proporcionar mecanismos para a diversificação dos riscos financeiros e econômicos. Além disso, um sistema financeiro deve ser encarregado de regulamentar, fiscalizar, implementar e executar as políticas monetária, fiscal, creditícia e cambial.

No decorrer do século XIX, ocorreram diversas mudanças políticas e econômicas de grande relevância para a evolução e consolidação da atual formação econômica do Brasil. De acordo com Muller e Lima (2007), a criação do Banco do Brasil (BB) em 1808 foi um marco essencial para a história do sistema monetário do Brasil, e esse foi a primeira instituição bancária do país.

De acordo com os dados e história¹ do Banco Central do Brasil (BCB), o BB foi organizado para exercer funções típicas de um banco central misto, ou seja, este exercia concomitantemente funções de um banco central e de um banco comercial.

Ao longo dos anos novas instituições bancárias surgiram no cenário econômico, com o início da expansão industrial e financeira do país, tornava-se notável a necessidade da criação de um Banco Central.

Na história¹ do BCB também é possível observar que até 1945, não existia uma instituição responsável pelo controle da oferta de moeda no país neste período, sendo o BB responsável por realizar todas as atividades de autoridade monetária na época.

Nesse mesmo ano, como descrito pelo BCB² e em Saretta (2001), no governo Getúlio Vargas, foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que passou a exercer as funções de controle sobre o mercado financeiro. Esta se tornou responsável por fixar os percentuais de reservas obrigatórias dos bancos comerciais, as taxas de redesconto e de liquidez, juros sobre os depósitos bancários, além de supervisionar a atuação dos bancos

¹ http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/historia_BC.asp

² História da <http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/Sumoc/historiaSumoc.asp>

comerciais e orientar a política cambial que ainda representava o país nos órgãos internacionais.

Segundo Barbosa (1995), a SUMOC era responsável pela formulação da política monetária, mas na prática não tinha controle da sua execução, que estava dispersa por vários órgãos:

- i) Banco do Brasil através de suas Carteiras de Redescoto (CARED), de Câmbio e Comércio Exterior (CACEX);
- ii) Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), uma instituição administrada pelo diretor da CARED;
- iii) Caixa de Amortização, do Ministério da Fazenda. A Caixa de Amortização emitia moeda, quando solicitada pela CARED ou pela CAMOB, depois da autorização do Conselho da SUMOC.

Pode-se dividir a evolução do sistema financeiro brasileiro em três blocos: a reforma bancária de 1964, a atual configuração do sistema financeiro nacional e a reestruturação econômica ocorrida na década de 90. Dessa forma, tais blocos serão discutidos nas sessões seguintes.

2.1 A Reforma bancária de 1964

Em 31 de dezembro de 1964 ocorreu a reforma bancária baseada na lei Nº 4.595³ que deu origem ao Banco Central do Brasil (BCB), esse iniciou suas atividades em 1965, tornando-se então a autarquia federal integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

A lei de reforma bancária instituiu diversas mudanças e transferências de funções que antes eram exercidas por outras instituições financeiras, e agora desempenhadas pelo então BCB, esse foi um processo longo e que demorou aproximadamente dois anos para ser finalizado.

³http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4595.htm

A introdução da Reforma Bancária criou leis que regulamentaram o SFN, trazendo determinadas mudanças, algumas delas podem ser vistas no seguinte trecho:

A lei de Reforma Bancária de 1964 extinguiu a Caixa de Amortização, a CARED, a CAMOB, a fiscalização bancária que funcionava no Banco do Brasil, transferindo todas estas atividades para o Banco Central, inclusive a política cambial e a administração das reservas internacionais. Todavia, a Reforma Bancária não proibiu o Banco Central de exercer atividades que não competem a um banco central, como as de banco de fomento, subsidiar setores da economia ou regiões do país, e fiscalizar certas atividades como os consórcios de automóveis. (BARBOSA, 1995, p. 2).

Como observado em Barbosa (2005) e no Relatório de Evolução do SFN disponibilizado pelo BCB, algumas mudanças no cenário econômico foram tomadas pelo Banco Central após o início de suas atividades em 1965, entre elas é importante destacar a criação do Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos, a Selic. Anteriormente as operações de compra e venda de títulos se davam por meio das Letras do Tesouro Nacional (LTN), com a criação da Selic as liquidações dos títulos passaram a ser feitas diretamente na conta de reservas bancárias.

Segundo Barbosa (1995), foi no governo Castelo Branco (1964) que ocorreu a reestruturação do SFN, a qual deu origem ao modelo que vigora atualmente. Entraram em vigor três leis que estabeleceram a base do sistema, são elas: a Lei de Reforma Bancária, Lei da Reforma Habitacional e a Lei de Reforma do Sistema Financeiro e do Mercado de Capitais. A partir de então o mercado financeiro passou a ser segmentado através da divisão de funções entre as instituições.

O desenvolvimento normal do mercado financeiro nas décadas de 1970 e 1980 fez com que surgissem vários conglomerados financeiros, ainda de acordo com Barbosa (1995), observou-se que este fator colaborou para que os mercados financeiros se tornassem cada vez mais integrados. Também em meados dos anos 1980, mais especificamente no ano de 1988 foi introduzida uma nova reforma no sistema financeiro, a criação dos bancos múltiplos.

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução Nº 1524, de 21/09/1988, introduziu uma reforma importante no sistema financeiro com a criação dos bancos múltiplos. Esta Resolução permitiu que os bancos comerciais, de investimentos ou desenvolvimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento, as sociedades de crédito imobiliário se reorganizassem como uma única instituição

financeira, o banco múltiplo. Este tipo de banco tem que ter, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento. (BARBOSA, 1995, p.7)

A introdução desta reforma possibilitou a junção de diversos bancos, como comerciais, de desenvolvimento, investimento, crédito, financiamento, e de crédito imobiliário, permitindo que se reorganizassem em uma única instituição financeira, o banco múltiplo. Sendo obrigatória dentre as carteiras de crédito desse novo modelo bancário, que uma delas fosse comercial ou de investimento.

Contudo, é notório que até o fim dos anos 80 o sistema financeiro brasileiro passou por mudanças significativas. O surgimento dos bancos múltiplos foi uma delas, e estes foram atores importantes para a posterior redução de barreiras à entrada de novas instituições financeiras no mercado.

2.2 Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

A atual estrutura do sistema financeiro nacional é regulamentada e definida de acordo com o Capítulo IV da Constituição Federativa do Brasil, criada em 1988. No ano de 2003, com a aprovação na Câmara dos Deputados, houve a Emenda Constitucional nº 40 a qual revogou algumas disposições da mesma, sendo assim preceituado no seguinte artigo:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 40, de 2003) (Vide Lei nº 8.392, de 1991)

Dentre as leis complementares do SFN é importante citar a Lei nº 4.595 de 31 de dezembro de 1964, a qual Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias, Creditícias e sobre a criação do Conselho Monetário Nacional, e a Lei nº 4.728 de 14 de julho

de 1965, a qual disciplina o Mercado de Capitais e estabelece medidas para o desenvolvimento do mesmo.

De acordo com Pinheiro (2006), o SFN atual pode ser dividido basicamente dentre instituições normativas, supervisoras e operadoras, e estas são agrupadas de acordo com as questões monetárias, de seguro e de previdência. Pimentel e Cambria (2012) destacam que o padrão atual do sistema foi delineado nas décadas de 60 e 70 e formalizado a partir da Lei de Reforma Bancária nº 4.595/64 (1964), Lei de Mercado de Capitais nº 4.728/65 (1965) e também pelas leis nº 6.385/769 e nº 6.404/76 que criaram e regulamentaram a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A composição atual do SFN e sua estrutura serão explanadas nas próximas sessões, e também pode ser observada na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro

	Moeda, crédito, capitais e câmbio	Seguros Privados	Previdência Fechada
Orgãos Normativos	Conselho Monetário Nacional	Conselho Nacional de Seguros Privados	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Entidades Supervisoras	Banco Central do Brasil Comissão de Valores Mobiliários	Superintendência de Seguros Privados	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Entidades operadoras	Bancos e Caixas Econômicas Administradoras de Consórcios Bolsa de valores Cooperativas de Crédito Corretoras e Distribuidoras Bolsa de mercadorias e futuros Instituições de Pagamento Demais Instituições Bancárias	Seguradoras e Resseguradoras Entidades abertas de previdência Sociedades de capitalização	Entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão)

Fonte: Banco Central do Brasil. <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>

2.2.1 Órgãos normativos

Os órgãos normativos, de acordo com o BCB, são os responsáveis por determinar as normas para garantir o bom funcionamento do SFN, Fortuna (2005) ressalta que estes são estruturados de forma a promover o desenvolvimento do país e a servir os interesses da coletividade. Os órgãos normativos presentes no SFN são o Conselho Monetário Nacional (CMN), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Segundo o BCB e Fortuna (2005) o CMN é o principal órgão do SFN, esse é responsável por formular as políticas monetárias, creditícias e cambiais do país, possuindo apenas funções deliberativas. Sua composição atual é formada pelo Ministro da Fazenda, o presidente, Ministro de Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo presidente do Banco Central.

São algumas das funções relacionadas ao CMN de acordo com Fortuna (2005); orientar a aplicação de recursos das instituições públicas e privadas de forma que gerem condições propícias ao desenvolvimento econômico, adaptar o volume dos meios de pagamento no país visando a melhor utilização dos recursos, prezar pela liquidez das instituições financeiras, aprovar os orçamentos elaborados pelo BCB, fixar as diretrizes para a política cambial, autorizar as emissões de papel – moeda e determinar suas características, regulamentar o crédito, suas operações e modalidades, determinar as taxas de recolhimento compulsório das instituições financeiras, estabelecer normas e limites para a remuneração das operações bancárias e financeiras, estabelecer normas para as transações de títulos públicos a serem seguidas pelo BCB, além de regular a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras do país.

Já o CNSP, de acordo com Pinheiro (2006), é o órgão encarregado dos seguros privados, este é responsável pelas normas e políticas relacionadas aos seguros. É composto pelo Ministro da Fazenda, na qualidade de presidente e por representantes dos ministérios da Justiça, Previdência, Superintendência de Seguros Privados (Sucep), BCB e CVM. Dentre as funções as quais são exercidas por este órgão, ainda de acordo com Pinheiro, estão: regular a constituição, organização, funcionamento e fiscalização das entidades que exercem atividades subordinadas ao CNSP, fixar as diretrizes e regras referentes às políticas de seguros privados,

fixar as diretrizes das operações de seguros, bem como as características gerais dos contratos, previdência privada, capitalização e resseguro e também prescrever os critérios de constituição das Sociedades Seguradoras, de Capitalização, Entidades de Previdência Privada Aberta e Resseguradoras, fixando os limites legais e técnicos de suas respectivas operações.

Finalmente, o CNPC, segundo Pinheiro (2006) é um órgão que faz parte da estrutura do Ministério da Previdência Social, este é responsável pela regulação do regime de previdência complementar, que é operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (os Fundos De Pensão). Este é regido por representantes dos Ministérios da Previdência, Fazenda e Planejamento, Orçamento e Gestão, os Fundos De Pensão, pelos patrocinadores de planos de previdência e pelos participantes e assistidos de planos de previdência complementar.

2.2.2 Entidades supervisoras

Nesse contexto, segundo a Composição e segmentos do Sistema Financeiro Nacional do BCB⁴, as entidades supervisoras são responsáveis em fazer com que os cidadãos e os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas pelos órgãos normativos. Para que as regras sejam seguidas corretamente, estas instituições fixam as diretrizes, os parâmetros e as normas para a transferência de recursos dos agentes, além de controlar o funcionamento das organizações responsáveis pela intermediação financeira.

As entidades e os órgãos funcionam da seguinte forma: o Banco Central, que está ligado ao mercado financeiro e subordinado ao CMN; a Comissão de Valores Mobiliários, que está ligada ao mercado de capitais e subordinada também ao CMN; a Superintendência de Seguros Privados, ligada ao mercado de seguros privados e subordinada ao CNSP; e a Superintendência Nacional de Previdência complementar (Previc), que está ligada ao mercado de previdência complementar e subordinada ao CNPC.

⁴ <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/composicao.asp>

O BCB como já citado anteriormente, teve origem em 1964 com a Lei de Reforma Bancária nº 4.595, e conforme a Composição e Segmentos do SFN, ele é o responsável por cumprir e fiscalizar o cumprimento das normas criadas pelo CMN.

Além de sua função de emissão de moeda e zelar pela estabilidade financeira do país, de acordo com Barbosa (1995) e com a história do BCB, é também responsável por realizar as operações de redesconto e empréstimos às instituições financeiras, efetuar operações de compra e venda de títulos públicos, receber os compulsórios das instituições financeiras e bancárias, controlar o crédito, fiscalizar as instituições financeiras, bem como manter o fluxo de capitais estrangeiros em nível adequado e garantir o bom funcionamento do mercado cambial.

Por outro lado, a Comissão de Valores Mobiliários é uma autarquia responsável por fiscalizar, disciplinar e promover a expansão e funcionamento do mercado de valores mobiliários, sob a supervisão do CMN. Com base em Pinheiro (2006, p.69)

A Comissão de Valores Mobiliários tem por finalidade contribuir para a criação de estrutura jurídica favorável à capitalização das empresas por meio do mercado de capitais de risco, fortalecimento de empresa privada nacional e defesa do acionista e investidor.

A CVM é responsável por processar e disponibilizar informações sobre os valores mobiliários ao público, fiscalizar e regular o mercado de títulos de renda variável baseando-se na Lei nº 6.385, além de possuir funções como a intermediação de negócios no mercado de valores mobiliários e derivativos, organização e operação das bolsas de valores (Pinheiro 2006). A Comissão de Valores Mobiliários executa suas funções com o objetivo de estimular a formação de poupança e sua aplicação em valores mobiliários, promover a expansão e o bom funcionamento do mercado de ações, bem como proteger os titulares e investidores dentre outros.

Já a Superintendência de Seguros Privados (Sucep) é o órgão responsável pela regulamentação e fiscalização do mercado de seguros, previdência privada aberta e capitalização. Este tem como objetivos zelar pela defesa dos interesses do consumidor dos mercados supervisionados, proteger as captações de poupança dos indivíduos através da previdência privada aberta, operações de seguros, resseguros ou capitalização, além de zelar

pela liquidez e estabilidade do mercado de seguros privados. (Pinheiro 2006, Lima, Lima e Pimentel 2007).

A quarta entidade de supervisão do SFN, ainda segundo Pinheiro (2006), é a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), a mesma é incumbida da fiscalização das entidades de previdência complementar fechadas e os fundos de pensão, sendo responsável pela supervisão das atividades deste setor além de executar as políticas para o regime de previdência complementar operado pelos fundos de pensão, baseando-se nas diretrizes definidas pelo CMN e CNPC.

2.2.3 Entidades de operação

As entidades de operação do SFN são responsáveis pela intermediação dos recursos financeiros. De acordo com Pimentel e Cambria (2012), é por meio delas que se realizam a acumulação da poupança e a melhor alocação dos recursos dos agentes. Dentre as entidades de operações existem tanto as instituições voltadas para a intermediação financeira propriamente, como os bancos, tanto como instituições que direcionam e facilitam este processo, como as corretoras de títulos e valores mobiliários.

Este setor do SFN engloba os bancos e caixas econômicas, instituições administradoras de consórcios, bolsa de valores, seguradoras e resseguradoras, entidade fechadas de previdência complementar, cooperativas de crédito, corretoras e distribuidoras, bolsas de mercadorias e futuros, entidades abertas de previdência, instituições de pagamentos, sociedades de capitalização e as demais instituições bancárias.

2.3 A reestruturação econômica da década de 90

De acordo com o Relatório de Evolução do SFN⁵, do Banco Central, a partir dos anos 1990, como efeito das reformas ocorridas em anos anteriores e das mudanças a serem implementadas pelo novo governo, dá-se início a uma reestruturação no setor econômico brasileiro. Após seguidos anos acometidos pela inflação crônica aliada a forte indexação, que trouxe no decorrer desses anos diversas experiências fracassadas em tentativas de redução inflacionária, inicia nova tentativa de estabilização econômica.

Com base nos históricos e relatórios do BCB, mais especificamente no ano de 1994, a implementação do Plano Real fez com que esse processo de reordenamento da economia brasileira de fato se acentuasse. Nesse contexto, foram adotadas medidas importantes para capacitar e viabilizar a reestruturação da economia. Como, por exemplo, maior abertura econômica ao mercado externo, mudanças nas políticas industriais e redução dos subsídios a vários setores produtivos, o que objetivava a inserção dos produtos brasileiros de forma mais competitiva no mercado. Também foram necessárias reformas constitucionais no país, na ordem econômica e na estrutura e divisão de funções do setor público para que se fizesse possível o processo de estabilização monetária.

Porém, este reordenamento gerou fortes mudanças no que tange as instituições financeiras: foi possível perceber o grau de ineficiência de alguns segmentos dos setores industriais e comerciais que possuíam baixa lucratividade e eram incapazes de honrar seus empréstimos.

Como descrito no Relatório de Evolução do SFN do BCB, isso ocorreu devido à redução dos níveis de inflação, à maior abertura econômica e ao conseqüente incremento das importações, o que exigia o desenvolvimento dos produtos e serviços. Assim, com os cortes de subsídios efetuados pelo governo, verificou-se o aumento da inadimplência no setor bancário. Combinada com a política monetária restritiva tomada após a implementação do Plano, contribuíram para gerar certas barreiras ao crédito para alguns setores da economia. Estes foram importantes para destacar a fragilidade de algumas instituições, as quais se mostraram incapazes de se manter no novo cenário econômico.

⁵ <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/texto.asp?idpai=revsfn199812>

Em consequência disso, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional (CMN) na tentativa de reestruturar e fortalecer o sistema financeiro tomaram algumas providências para enfrentar e reparar os desequilíbrios que o SFN tinha acumulado. Ainda segundo o Relatório de Evolução do SFN citado anteriormente, medidas como a instituição do PROER, Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro, PROES, Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária, e a criação do FGC, o Fundo Garantidor de Crédito.

Segundo Lundberg (2011), com o auxílio desses programas o governo extinguiu com diversos bancos privados. Alguns foram colocados em regime de administração especial temporária e depois vendidos a outros bancos. Segundo ele, os bancos estaduais estavam em sua maioria endividados e isso teve como consequência a privatização de grande parte deles. Na tabela a seguir, se pode observar a evolução no número das instituições bancárias ao longo dos anos.

Tabela 2 - Evolução do número de instituições bancárias no Brasil

Ano	Quantidade de instituições	Ano	Quantidade de instituições
1964	336	2008	158
1988	106	2009	157
1990	216	2010	158
1994	246	2011	162
1997	217	2012	161
2000	192	2013	157
2003	164	2014	155
2007	155	2015	156

Fonte: Banco Central do Brasil

A Tabela 1 acima apresenta o número de instituições bancárias (Bancos comerciais, múltiplos e Caixa Econômica) existentes no Brasil durante o período de 1964 ao período recente. Pode-se observar o decréscimo na quantidade de instituições bancárias no país após 1994, e podemos concluir que esta queda está fortemente ligada as privatizações dos bancos públicos, fusões e o saneamento dos bancos endividados, ocorridas após o Plano Real.

Contudo, observa-se que a implantação da Reforma Bancária ocorrida a partir de 1964, teve grande importância para a formação da estrutura econômica e financeira que possuímos atualmente. Bem como, a criação do BCB e as mudanças ocorridas após o início de suas atividades, como a constituição da Selic e dos bancos múltiplos. Entretanto percebe-se que apenas a partir da implantação do Plano Real, como consequência das novas políticas, redução da inflação, e maior estabilidade econômica, é que uma tentativa bem-sucedida de reordenamento da economia brasileira foi observada.

3 O MERCADO DE CRÉDITO BRASILEIRO E SUAS MODALIDADES

De acordo com Paula e Marques (2006), além das privatizações dos bancos públicos e fusões decorrentes do programa de saneamento dos bancos endividados, outro fator importante nesse cenário foi a entrada dos bancos estrangeiros no país, iniciada após uma maior abertura para o investimento de capital estrangeiro ocorrida a partir de 1995. Antes desse período, a legislação brasileira restringia a entrada das instituições estrangeiras no país. Segundo os autores, este episódio trouxe grandes mudanças nas estratégias e no comportamento do setor bancário nacional, o que resultou em uma diminuição da participação dos bancos públicos estaduais no setor bancário e também em uma tendência de maior concentração bancária.

Segundo Silva, Oreiro e Paula (2008) a entrada dos bancos estrangeiros gerou uma grande expectativa no aumento da eficiência do setor bancário brasileiro. Concomitantemente com uma expectativa de redução *spreads* cobrados pelas instituições financeiras em suas operações de crédito que até hoje é considerado um dos mais elevados.

Porém, apesar das expectativas em torno de melhoras no setor bancário após a estabilização financeira, a oferta de crédito não se expandiu. Notando-se nos argumentos de Silva, Oreiro e Paula (2008) que as expectativas foram além da real possibilidade de melhora no setor, que apresentou melhoras, mas não tão imediatas como esperavam.

As operações de crédito do SFN consistem no volume total de operações de financiamentos e empréstimos concedidos pelas instituições financeiras integrantes do sistema. Para classificar essas operações, as instituições levam em conta qual será a aplicação dos recursos ou a modalidade da operação que será efetuada.

Segundo o primeiro capítulo do COSIF, elaborado em 1987, as operações de crédito podem ser classificadas em três tipos: os empréstimos, que são operações sem um destino específico da aplicação dos seus recursos; os títulos descontados, que são as operações de desconto dos títulos financeiro; e os financiamentos, estas são, ao contrário dos empréstimos, operações com um destino especificado, requerendo a comprovação da aplicação dos seus recursos, como financiamentos de imóveis ou veículos por exemplo.

Dentre essas três principais operações citadas anteriormente existem diversas sub-modalidades que surgiram e se desenvolveram no decorrer dos últimos 15 anos. Isso devido a um cenário de maior estabilidade econômica e com o mercado de crédito em expansão no Brasil. A seguir, será exposto alguns exemplos das modalidades de operações de crédito de recursos livres e de recursos direcionados, tanto para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas.

As operações de crédito com recursos livres são empréstimos onde as taxas de juros são negociadas livremente entre as instituições financeiras e os tomadores, dentro dos recursos livres existem diversas modalidades de crédito que podem ser divididas entre pessoas físicas (PF) e para pessoas jurídicas (PJ).

Seguindo a Nota Metodológica de Estrutura dos Dados de Crédito do BCB, lançada 2013 e Fortuna (2005), existe, por exemplo, as seguintes modalidades dentro das operações com recursos livres para PF:

- a) Cheque especial: operação de crédito rotativo e de curto prazo utilizado em contas correntes e sem necessidade de autorização prévia da instituição, geralmente de baixo valor e com amortização por meio de depósitos na própria conta.
- b) Hot Money: empréstimo de curto prazo, podendo ter duração de um a no máximo dez dias, a taxa para este tipo de empréstimo é definida pela taxa do Certificado de Depósitos Interbancários o CDI do dia da operação, também é cobrado nesta modalidade o CPMF, Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras, uma vez que o dinheiro é creditado na conta do tomador de empréstimo e também após a quitação do débito da operação.
- c) Crédito pessoal consignado: empréstimo pessoal com descontos diretos na folha de pagamento do tomador, destinado apenas a clientes que sejam servidores públicos, aposentados ou pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Esse empréstimo oferece taxas de juros baixas, em consequência da sua forma de pagamento, que por ser feito diretamente pela empresa, além de oferecer um risco menor de inadimplência.
- d) Crédito pessoal não consignado: empréstimo pessoal sem restrição de cliente, prestações sem desconto em folha de pagamento, geralmente acordadas em contrato, possuem taxas de aquisição mais altas que o crédito consignado por apresentar maior risco às instituições.

- e) Aquisição de veículos: crédito destinado ao financiamento de veículos automobilísticos, geralmente em parcelas mensais com taxas de juros pré-fixadas.
- f) Aquisição de outros bens: empréstimos para a aquisição de bens (exceto veículos).
- g) Cartão de crédito: essa operação possui taxa de juros e limite pré-fixados pela instituição, as operações de cartão de crédito podem ser à vista, sem a incidência de juros; retroativas, financiam o saldo devedor que sobra após o vencimento do prazo; e parcelados, que são as operações em que o tomador opta pelo parcelamento da compra, geralmente com incidência de juros.

Ainda com base na estrutura dos dados de crédito do BCB, e em Fortuna (2005) podemos exemplificar as seguintes operações com recursos livres, agora para PJ:

- h) Desconto de duplicatas: baseia-se no adiantamento do valor dos recursos vinculados a duplicatas que a empresa entrega a determinada instituição, essa operação transfere o risco do recebimento das suas vendas a prazo ao banco e recebe do mesmo o adiantamento destes recursos.
- i) Capital de giro: são empréstimos empregados com a finalidade de atender as necessidades de capital de giro das empresas. Esse tipo de empréstimo possui prazos, taxas e garantias estabelecidos em contrato específico. A sua quitação é geralmente estabelecida de acordo com as necessidades de ambas as partes e é geralmente garantida por duplicatas.
- j) Conta garantida: operação de crédito rotativo, uma conta de empréstimo separada da conta corrente, requer apresentação de garantias do tomador e sua amortização não possui data limite definida, dependendo apenas da vigência do contrato de cada tomador.
- k) Cheque especial: também é uma operação de crédito rotativo e de curto prazo, utilizado em contas correntes e sem necessidade de autorização prévia da instituição, geralmente possui limite definido e sua amortização é feita por meio de depósitos na própria conta corrente à medida que existam saldos disponíveis para cobrir o saldo devedor.
- l) Vendor: operação de financiamento de vendas na qual uma empresa pode vender seus produtos a prazo e receber o pagamento a vista da instituição que fornece o empréstimo. Essa operação possui juros pré-fixados, geralmente menores do que em financiamentos isolados. Como a venda não é financiada diretamente pela

empresa, os tributos e comissões cobrados na operação são menores, sendo vantagem para as empresas vendedoras. Basicamente, a vendedora é acordada em um contrato envolvendo três partes, o banco, a empresa vendedora e a empresa compradora.

- m) Compror: funciona como o oposto do vendedor. Nesse caso, é feito o financiamento de compra, a empresa fornecedora não é envolvida na operação. Dessa forma, o banco financia o cliente que irá efetuar o pagamento do título no futuro, sendo a quitação pré-fixada em contrato e acrescida de juros e IOF.
- n) Aquisição de veículos: no caso de pessoa jurídica, esse financiamento é destinado à manutenção ou ao aumento da capacidade produtiva do contratante, também apresenta taxas de juros pré-fixadas.
- o) Adiantamentos sobre contratos de câmbio: essa operação baseia-se na antecipação de receitas atreladas a contratos de importação, são contratadas em reais. Porém, esta operação é pós-fixada e referenciada em moeda estrangeira.
- p) Financiamento à importação: consiste no financiamento de crédito para a importação de bens e serviços.
- q) Desconto de cheques: essa operação parte do mesmo princípio do desconto de duplicatas é uma operação de adiantamento de receitas que estão vinculadas a cheques pré-datados e estes possuem taxas pré-fixadas pela instituição. Esta operação também pode ser realizada por pessoas físicas.
- r) *Leasing*: segundo Fortuna (2005), o *Leasing* parte do princípio de o lucro de um bem vem da forma como este é utilizado e não de sua propriedade. Esta operação de contrato é conhecida no Brasil como arrendamento mercantil, funciona como uma espécie de aluguel, onde o indivíduo arrenda determinado bem, no qual o direito de utilização foi autorizado pelo arrendador, e este pode usufruir deste bem até o vencimento do contrato, existindo também a opção de compra desde bem dependendo do tipo de contrato. A vantagem desta operação é o fato de o IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) não incidir sobre ela. Existem operações de *Leasing* para veículos e outros bens (exceto imóveis) e estas também estão disponíveis para pessoas físicas.
- s) Aquisição de outros bens: é possível realizar essa operação tanto para pessoas jurídicas quanto para físicas, compreendem empréstimos para a aquisição de outros bens diversos.

Ao contrário dos recursos livres, os créditos com recursos direcionados são empréstimos/financiamentos cujas taxas de juros ou recursos das operações são definidas por normas governamentais, como por exemplo, as seguintes operações:

- a) Crédito imobiliário: São financiamentos destinados à construção ou compra de imóveis, suas taxas são pós-fixadas e referenciadas em taxas reguladas e taxas de mercado.
- b) Crédito rural: Financiamentos direcionados ao setor rural que são regulamentados pelo Manual de Crédito Rural, esta operação tem por finalidade estimular a produção rural e agropecuária, podendo ser adquirido tanto por pessoa física quanto jurídica.
- c) Capital de giro com recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): São operações de crédito destinada a capital de giro para exportações, por meio do BNDES ou repassados por outras instituições.

Além desta operação também fazem parte dos recursos direcionados financiamentos de investimentos e financiamento agroindustrial com recursos do BNDES.

É importante salientar que as taxas de juros encontradas no mercado financeiro podem sofrer variações de acordo com o tipo de produto e operação escolhidos, podendo variar de acordo com os componentes do *Spread*⁶, bem como os custos das operações, margem de lucro dos bancos e também de acordo com o risco (o risco de inadimplência) inerente a cada tipo de tomador.

Segundo Lundberg (2011), a partir do ano 2003, após o fim do período de reestruturação e estabilização do sistema financeiro e do sistema bancário brasileiro foi que o crédito passou a crescer mais significativamente, com uma maior estabilização dos preços houve o aumento das operações de crédito e de suas receitas, como se pode observar no Gráfico 1, a predominância no saldo das operações era, e ainda é, dos créditos de recursos livres, os créditos com recursos direcionados apresentavam uma menor participação no saldo das operações, sendo apenas a partir do ano 2008 mesmo em um cenário de crise internacional é que este começa apresentar uma tendência de maior crescimento.

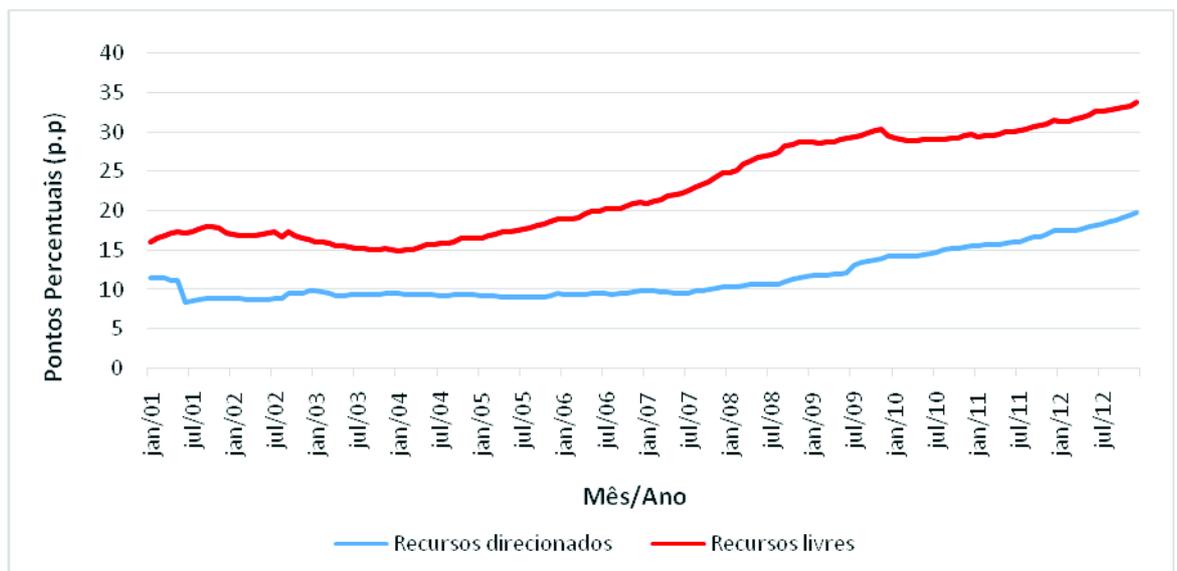
⁶ Diferença entre as taxas de juros de empréstimo e captação, a ser explanada no próximo capítulo.

Como se pode observar também em Paula; Oreiro e Basílio (2013);

A partir de 2003, contudo, verifica--se importante mudança na estrutura e no desempenho do setor bancário brasileiro. A relação crédito/PIB, que vinha apresentando significativa redução até o ano de 2002, começa um movimento ascendente, alcançando a marca de 45% em julho de 2009. No que se refere à estrutura do setor, o processo de redução da participação do Estado no setor financeiro é revertido com o aumento da participação dos bancos públicos no total de crédito concedido pelo sistema bancário brasileiro.

Pode-se observar que a partir do ano 2003 houve uma mudança significativa no desempenho do setor bancário brasileiro, principalmente no que tange a relação crédito/PIB, que inicia uma trajetória de crescimento mais significativa a partir de então, a qual pode ser observada no gráfico um exposto abaixo.

Gráfico 1 - Saldo das operações de crédito em relação ao PIB



Fonte: Banco Central do Brasil – Elaborado a partir do SGS

É evidente que do ano 2003 até meados de 2005, o crédito apresentou uma tendência de crescimento, apesar de mais contida e sem mudanças muito bruscas no volume de crescimento, principalmente dos créditos com recursos direcionados. Todavia este período foi também marcado pela transição do governo Fernando Henrique Cardoso que finalizou seu mandato em 2002 e início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo Cintra (2005) com a perspectiva de estabilização dos preços internos e da taxa de

câmbio, é que os bancos dão início a expansão da demanda por crédito, na expectativa de aumentar suas margens de lucro.

De acordo com Soihet e Coutinho (2011) foi em decorrência da abertura do mercado financeiro internacional que se expandiu o espaço para aumento da concorrência e eficiência do setor bancário, e conseqüentemente a expansão do mercado de crédito e redução dos seus custos. Em síntese, o Banco Central afirma no Relatório de Evolução do SFN (1994 – 1998) que a entrada do capital estrangeiro na economia, principalmente no setor bancário, não apenas resultou no reforço financeiro para o Brasil, com a captação pela poupança externa e aumento das reservas internacionais, como também em ganhos decorrentes da introdução de novas tecnologias que proporcionaram maior eficiência operacional ao mercado e a economia brasileira, o que se refletiu positivamente no custo dos serviços e nos recursos oferecidos.

Ao analisar o Gráfico 1 e os dados disponibilizados pelo Banco Central, é observado o crescimento do volume de crédito em relação ao Produto Interno Bruto liderado principalmente pelas operações com recursos livres, que apresentavam saldo de 16% em relação ao PIB em janeiro de 2003 e em dezembro e 2012 este valor foi de 33,7%. Os créditos direcionados também apresentaram evolução durante este período, apresentava em janeiro do mesmo ano 9,8% do saldo das operações em relação ao PIB, em dezembro de 2012 este valor era de 19,8%.

Porém qual a importância da expansão deste mercado para a economia? De acordo com Souza (2006), o crédito justifica o importante papel das instituições bancárias para o crescimento da economia de um país, sendo o provedor de recursos financeiros aos diversos setores da economia e conseqüentemente estimulando o crescimento da economia e do produto. Paula e Leal (2006) e Junior, Paula e Leal (2013) também evidenciam que os elevados *spreads* no Brasil contribuem para a elevação das taxas de juros das operações de financeiras, gerando maior restrição ao crédito por parte de seus consumidores e como consequência gerando barreiras ao crescimento econômico do país.

4 SPREAD BANCÁRIO

4.1 O que é o *spread* bancário

O *Spread* bancário, segundo o Banco Mundial (2005), trata-se de uma medida de custo de intermediação financeira, utilizada mundialmente como forma de a eficiência das intermediações bancárias e financeiras.

O mesmo é definido como a diferença entre as taxas de juros cobradas pela captação de recursos por parte das instituições financeiras, (os empréstimos, por exemplo) e as taxas pagas pelos depósitos efetuados nestas instituições. Costa e Nakane (2004) definem o *Spread* como “a distância entre o retorno do poupador e o custo do empréstimo para o tomador”.

O valor total do *spread* bancário é avaliado com base na junção de vários componentes que impactam sobre ele, entre esses componentes podem-se citar os custos administrativos, inadimplência, risco, impostos diretos e indiretos, lucro entre outros encargos. Costa e Nakane (2004) ressaltam que maior *spread* bancário não deve ser associado a maior lucratividade, pois o lucro é o que sobra do *spread* bancário após a subtração dos custos da operação bancária.

É importante ressaltar que existem diferenças importantes no cálculo do *spread* para pessoas físicas e pessoas jurídicas, o *spread* cobrado para pessoas físicas em geral é mais elevado que para pessoas jurídicas. De acordo com Afonso, Köhler e Freitas (2009), isso se deve primeiramente ao custo de empréstimos em geral ser mais elevado para pessoas físicas e também a taxa de inadimplência e risco serem menores para pessoas jurídicas que para pessoas físicas.

Outra consideração importante em torno da mensuração do *spread* exposta por Leal (2006) é a diferença entre *spread* bancário *ex-ante* e *ex-post*. Segundo o autor, o *spread ex-ante* é mensurado com base em acordos e taxas pré-estabelecidas pelos bancos. É geralmente estimado como a diferença entre as taxas de juros de empréstimo e captação dos bancos, utilizando-se das informações sobre operações financeiras divulgadas pelo Banco Central.

Já o *ex-post* é mensurado de acordo com os resultados das intermediações financeiras efetivadas pelo banco. Utilizam-se do custo da captação dos recursos e das receitas geradas

pelas operações de crédito, “ambos possivelmente relacionados com as taxas estabelecidas ex-ante”[...] Leal (2006).

Existem diferentes abordagens metodológicas em torno do *spread*, seus determinantes e sua estrutura tanto na literatura empírica nacional quanto internacional. Leal (2006) em sua análise comparativa dos estudos empíricos sobre a estrutura e determinantes do *spread*, propõe que as especificidades de medida e as conclusões das investigações sobre o tema são limitadas pela abordagem metodológica utilizada, podendo influenciar nos seus resultados. É isso que faz com que seja relevante diferenciar a abordagem da estrutura da análise dos determinantes a partir de três abordagens: evolução, estrutura e determinantes.

A abordagem da *estrutura* constitui a análise dos componentes de destino (despesas ou resultado líquido) que o banco direciona o *spread* bancário, enquanto a abordagem dos *determinantes* analisa as variáveis explicativas que influenciam o comportamento do *spread* bancário. (LEAL, 2006, p.2)

O autor propõe que a abordagem da estrutura diz respeito à análise do direcionamento dos componentes do *spread* bancário, já a dos determinantes do *spread*, analisa as variáveis que impactam no seu comportamento e como influenciam no seu resultado.

4.2 Evoluções do *spread* bancário no Brasil

Segundo Afonso, Kohler e Freitas (2009), à medida que o Plano Real adquiriu maior credibilidade no país, a expectativa de inflação aos poucos declinava, o que possibilitou a redução dos juros e *spreads* bancários no país até meados de 1997. Após este período, com a crise asiática⁷ em 1997 e posteriormente a crise russa⁸, os *spreads* voltaram a subir e enfrentaram uma trajetória de bastante oscilação até meados de 1999.

Este fator contribuiu para a existência de diversos estudos sobre o *Spread*, neste mesmo ano o BCB deu início ao projeto denominado de Juros e *Spread* Bancário, o qual foi destinado a promover ações eficazes na redução dos custos dos empréstimos bancários, e este

⁷ Para informações sobre a crise asiática acessar: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/3-otaviano.pdf>

⁸ europa.eu/rapid/press-release_IP-98-787_pt.pdf

vem desde 1999 acompanhando e discutindo por meio deste projeto a evolução do *spread* bancário no país, bem como medidas com o intuito de reduzir os riscos de crédito, ampliar o mercado de crédito no país e aumentar a transparência as informações neste setor.

Oreiro *et al* (2006), afirma que uma das principais barreiras ao crescimento do crédito no Brasil são as elevadas taxas de juros que acompanham os empréstimos e que este fator contribui para que a economia do país cresça abaixo do seu potencial.

Do mesmo modo, Soihet e Coutinho (2011), ressaltam que o elevado *spread* que o país apresenta resulta em altas taxas de juros de empréstimos, contribuindo então para a elevação dos custos de crédito. E assim, geram uma limitação no consumo dos indivíduos e no desenvolvimento econômico das empresas o que por consequência impactam negativamente no nível de atividade e de crescimento do país.

O BCB não dispõe de dados concretos anteriores a 1994, a única série em que é possível analisar os valores do *spread* neste período inicia-se em julho de 1994. Atualmente, a mesma encontra-se descontinuada para revisões metodológicas, porém no Gráfico 2 a seguir é possível observar a trajetória do *spread* médio das operações de crédito com recursos livres no período de 1994 a 2012.

Gráfico 2 - Spread médio das operações de crédito com recursos livres – Total geral



Fonte: Banco Central do Brasil – Elaborado com base no SGS

É possível observar que a partir do ano 1996 os *spreads* apresentam uma redução considerável, em fevereiro de 1995 o *spread* médio das operações com recursos livres referenciais era equivalente a 146,44 (p.p.), maior valor apresentado nos dados do BCB nos

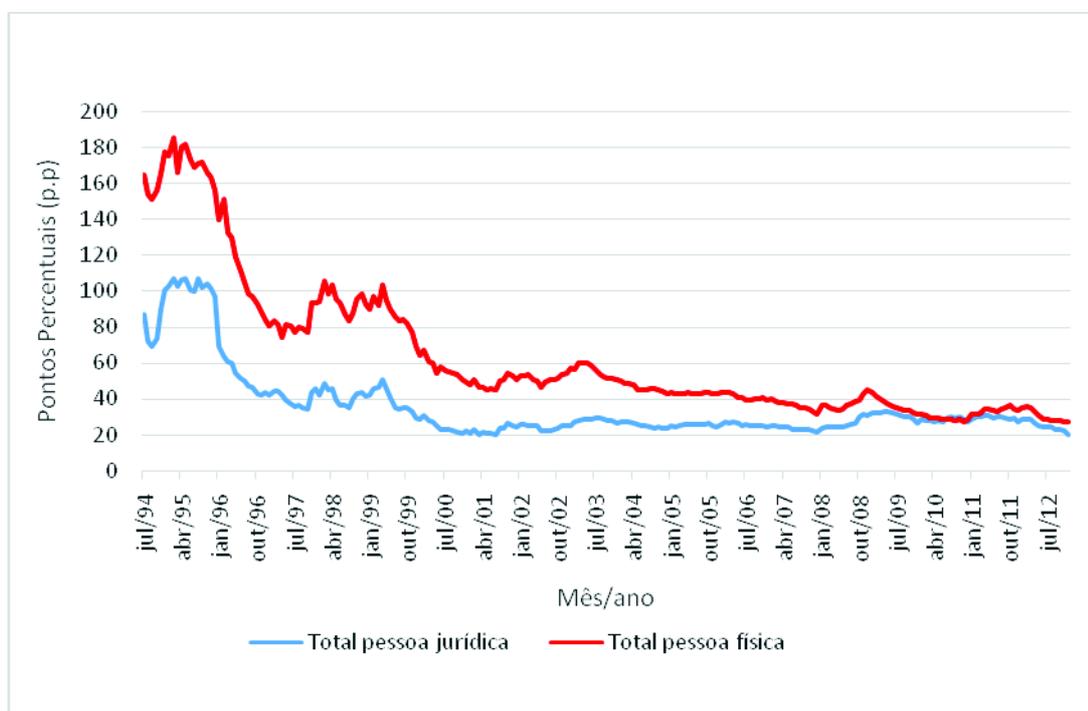
últimos 21 anos. Isso ocorreu em razão das medidas de política monetária contracionistas implementadas pelo BCB após a implementação do Plano Real, Oreiro *et al.* (2006).

Em janeiro de 1996 este valor era de 104,61 (p.p), em virtude da maior estabilização econômica e do relaxamento das políticas contracionistas citadas anteriormente, o mesmo seguiu em trajetória de redução até meados de 1998, ano em que os *spreads* já se encontravam em redução, em janeiro de 1998 o seu valor era de 61,47 (p.p).

Em decorrência da instabilidade na qual se encontrava o cenário econômico internacional, os valores médios do *spread* passaram por um período bastante instável, oscilando até o ano de 1999, quando alcançam em média 50 (p.p).

No Gráfico 3 a seguir é possível observar os *spreads* médios para operações de crédito com recursos livres referenciais para pessoas físicas e pessoas jurídicas. É importante reiterar que as operações do segmento livre, são aquelas onde as taxas de juros são negociadas livremente entre as instituições financeiras e os tomadores de empréstimos.

Gráfico 3 - Spread médio para operações de crédito com recursos livres referenciais



Fonte: Banco Central do Brasil – Elaborado com base no SGS

É perceptível ao observar o gráfico, a divergência entre os *spreads* para pessoas físicas e jurídicas, em fevereiro de 1995 enquanto a média do *spread* para pessoas físicas em

operações com recursos livres era de 184,8 (p.p), a média para pessoas jurídicas era de 102,48 (p.p), apresentando uma diferença de 82,32 (p.p) entre os dois tipos de tomadores de empréstimos. A divergência dessas médias se deve possivelmente ao fato de o custo do empréstimo para PF ser mais elevado e incorrer em mais riscos de inadimplência.

Também é possível observar que no decorrer dos anos a divergência entre as médias do *spread* reduziram gradualmente. Em outubro de 2010 a diferença entre as médias por tipo de tomador era menor que 1(p.p), porém a partir desse ano é possível notar que esse valor se elevou novamente, ao final de 2012 o *spread* médio para pessoas físicas era de 27,43 (p.p) enquanto para pessoas jurídicas 19,75 (p.p).

Mesmo após a redução das taxas inflacionárias, relacionadas a um cenário econômico de maior estabilidade em meados de 1999, é visível que o *spread* no Brasil ainda alcançava valores bastante elevados, principalmente quando comparados a outros países. Como pode ser observado no seguinte trecho de Oreiro *et al*:

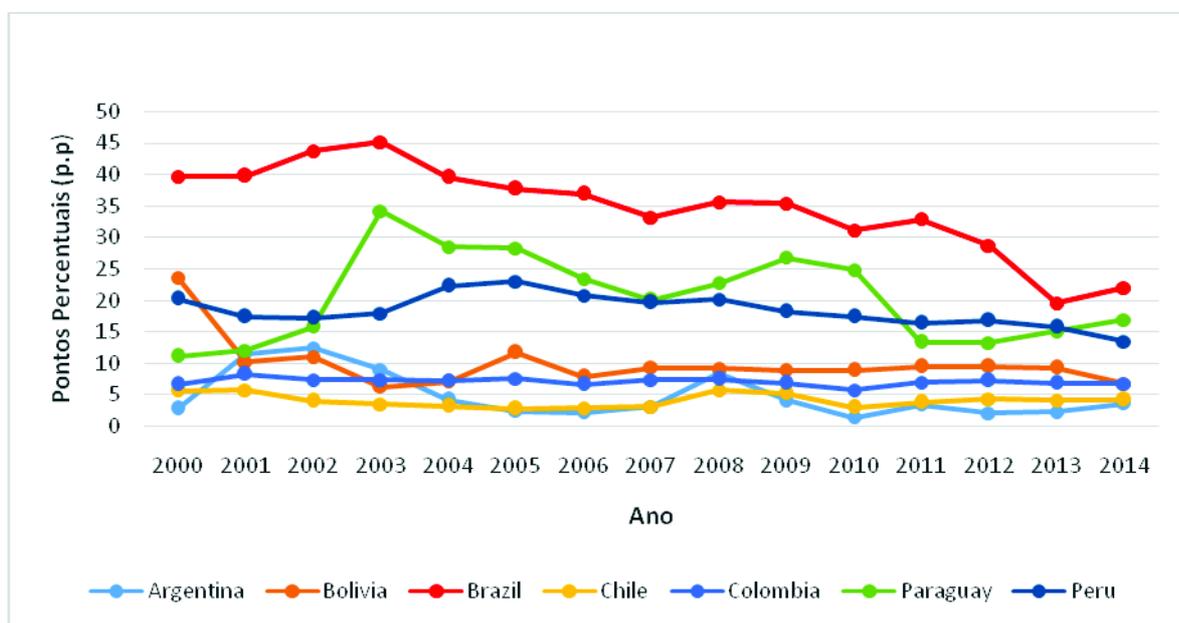
No Brasil, em razão do sucesso de processo de estabilização de preços, da maior abertura e integração ao mercado financeiro internacional e, mais recentemente, da adoção de um regime de taxa de câmbio flutuante, esperava-se que os *spreads* bancários iriam, em algum grau, convergir para os níveis internacionais. Há, contudo, um certo desapontamento com relação aos resultados alcançados. Apesar da queda da taxa de juros que ocorreu a partir de meados de 1999, o *spread* bancário no Brasil ainda se mantém em patamares elevadíssimos em termos internacionais [...].(OREIRO *et al.*,2006, p. 02)

Paula e Leal (2006) também evidenciam que os elevados *spreads* que o país apresenta em comparação com os padrões internacionais. Segundo eles, este fator contribui para a presença de uma combinação desfavorável de baixa relação crédito/PIB. Além de contribuir para elevar as taxas de juros nas operações de crédito, ocorrência de maior restrição creditícia, e conseqüentemente uma barreira ao crescimento econômico do país.

Afonso, Kohler e Freitas (2009) salientam que desde o ano 2000 o *spread* vem acompanhando o desempenho macroeconômico do país, embora seja nítido que o seu nível de volatilidade é menor atualmente, do que na década de 90.

No Gráfico 4 a seguir pode-se observar a evolução dos *spreads* de alguns países da América Latina no período de 2000 a 2014.

Gráfico 4 - Spread bancário médio de alguns países da América Latina 2000 - 2014



Fonte: Banco Mundial (World Bank)

No Gráfico 4, é possível analisar a evolução dos *spreads* de alguns países da América Latina (Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru e Brasil). Dentre eles é nítido que o Brasil apresenta os valores mais elevados no decorrer destes 12 anos.

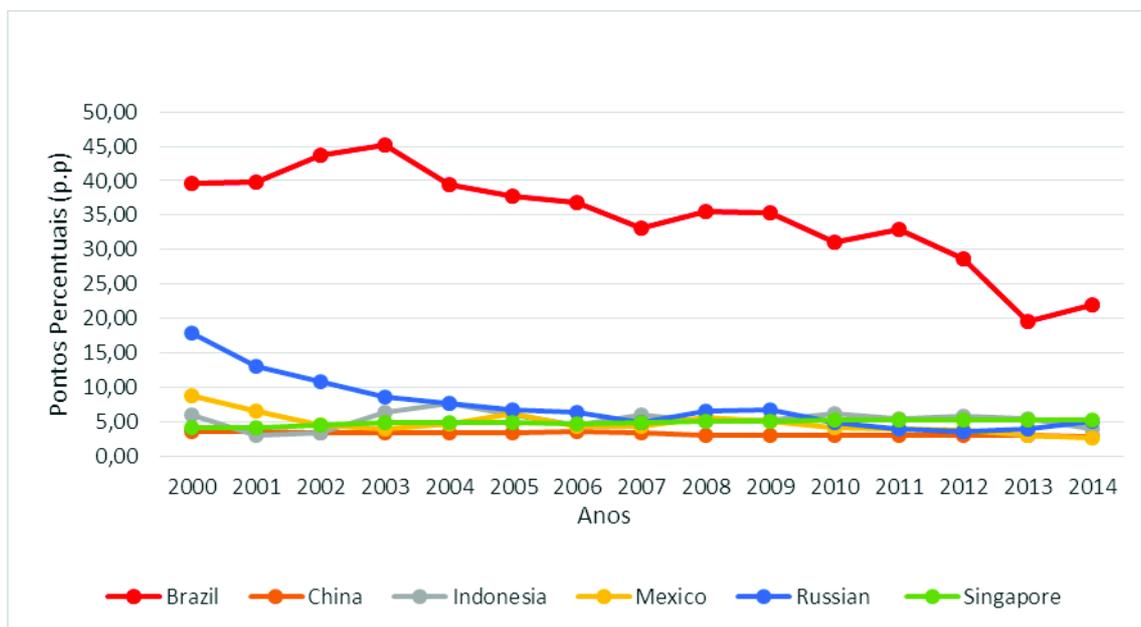
No ano 2000, nosso país apresentava uma média de 39,63 (p.p), enquanto Argentina neste mesmo ano apresentou um *spread* médio de 2,75 (p.p), Chile 6,64 (p.p), Colômbia 6,64 (p.p), Paraguai 11,06 (p.p), Peru 20,20 (p.p) e Bolívia 23,61 (p.p). Assim observa-se no gráfico, que mesmo aparentando iniciar certa trajetória de redução, os *spreads* continuaram muito elevados no Brasil, comparado a outros países latino-americanos.

Com base nos estudos empíricos de Oreiro *et al.* (2006), notou-se que as variáveis que compõe o *spread* bancário, e também as variáveis micro e macroeconômicas podem ter impacto diferente sobre os *spread* de acordo com a economia de cada país. Tal estudo evidencia que particularmente no Brasil, os fatores; volatilidade e nível das taxas de juros juntamente com a produção industrial são determinantes para as médias do *spread* bancário.

A seguir é possível observar que o elevado *spread* bancário no Brasil, não se mantém entre os mais elevados apenas entre os países da América Latina, mas também entre países que apresentam potencial econômico parecido, como alguns países também em

desenvolvimento. Pode-se constatar tal disparidade no gráfico 5 a seguir, onde se encontram os *spreads* médios dos países China, Indonésia, México, Rússia e Singapura.

Gráfico 5 - Spread médio de alguns países em desenvolvimento 2000 - 2014



Fonte: Banco Mundial (World Bank)

No ano de 2003 o *spread* médio no Brasil apresentava taxa de 45,11 (p.p), o valor mais elevado apresentado nos últimos 14 anos, enquanto na mesma época países com potenciais econômicos bem próximos ao do Brasil, como China, Indonésia, México, Rússia e Singapura, apresentavam respectivamente: 3,33, 6,35, 3,94, 8,50 e 4,80 (p.p), valores muito inferiores à média brasileira.

É evidente ao observar o Gráfico 5, que apesar dos elevados percentuais, o Brasil apresentou no decorrer dos anos, certa trajetória de redução nas médias do *spread* bancário, porém ainda assim, permanece em patamar bastante elevado quando o comparamos aos outros países.

Segundo a nota técnica nº 109 do DIEESE, uma das explicações para o elevado patamar das médias que o país apresenta, podem ser o nível da taxa básica de juros do país. E também a concentração do setor bancário Brasileiro, no qual mais de 80% dos ativos e das operações de crédito do sistema bancário se concentram em 6 grandes bancos (BB, Bradesco Caixa, Itaú, HSBC e Santander), o que faz com que poucos bancos detenham grande capacidade de determinação dos juros cobrados nas tarifas bancárias e nas operações de crédito.

4.3 Taxas de juros bancárias e sua relação econômica

Partindo da premissa do Banco Mundial (2005), de que o *Spread* Bancário é uma medida de custo e eficiência das intermediações financeiras, é importante salientar a importância das taxas de juros bancárias para a economia de modo geral e como os elevados *spreads* recorrentes em nosso país podem ter impacto sobre ela.

Costa e Nakane (2004) sugerem que “*especificamente no caso da intermediação financeira bancária, estudar a formação do spread é importante para definir políticas que potencialmente representem o barateamento do crédito e com isso se tenha a expansão nos volumes de concessões [...]*”.

Da mesma forma, a nota técnica disponibilizada pelo DIEESE expõe esta questão.

A taxa de juros bancária é variável de suma importância para diversos segmentos da sociedade, visto que o custo do dinheiro afeta de forma distinta a vida de empresários e trabalhadores, determina decisões de investimento (público e privado) e consumo, onera o orçamento público, contribuindo, enfim, para constituir a dinâmica econômica do país. Assim é fundamental compreender os motivos pelos quais o *spread* no Brasil, como demonstram as taxas de juros bancárias, se encontra em patamar tão elevado onerando de forma expressiva os custos do capital de giro e da produção das empresas, bem como o orçamento das famílias que necessitam recorrer ao crédito. (DIEESE, 2012, NOTA Nº 109)

A Nota evidencia a importância das taxas de juros bancárias para a economia e sociedade em geral, descrevendo como o custo do dinheiro afeta a vida da sociedade trabalhadora, empresários, e principalmente as decisões de consumo e investimento. Sendo por isso tão importante entender o motivo de o nosso país apresentar taxas de juros bancárias tão elevadas, já que estas impactam de forma bastante expressiva no mercado de crédito e na economia do país como um todo.

O mesmo propõe que a primeira explicação para os elevados *spreads* que o país apresenta está relacionada ao nível da taxa básica de juros da economia a Selic. Esta taxa, que é definida pelo BCB como a taxa média ajustada dos financiamentos apurados pelo Selic, é usada como base para controle da inflação e também é a taxa referência de custo do crédito no país, sendo assim capaz de influenciar na entrada de investimentos externos no país.

A segunda possível explicação, ainda segundo o DIEESE, seria a estrutura do mercado bancário do país, que por possuir um perfil oligopolista, faz com que poucos bancos controlem maior parte do mercado bancário e, por conseguinte possuem grande capacidade de influência nos juros cobrados nas operações de crédito no país e no valor das tarifas bancárias.

Paula, Oreiro e Basílio (2013), afirmam que o mercado bancário brasileiro está concentrado em apenas sete bancos, sendo eles dois bancos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica) e cinco bancos privados nacionais (Itaú, Bradesco e Safra) e dois bancos estrangeiros (Santander e HSBC).

Porém ao analisar apenas o volume de crédito e de operações de arrendamento mercantil, esse número se reduz para cinco bancos. “*Levando-se em consideração que, desses cinco bancos, dois estão sob controle estatal, fica evidente a importância das políticas públicas de crédito para determinar a dinâmica desse mercado*”. (PAULA, OREIRO e BASÍLIO, 2013, p.486).

Conforme os autores anteriormente citados, foi especialmente a partir de 2008, em decorrência da crise econômica ocorrida neste ano, que houve um aumento na concentração bancária no Brasil, como resultado disto os bancos públicos (BB e CEF) ganhou maior relevância na gestão de políticas econômicas.

4.4 Estrutura e composição do *spread*

Com base em Costa e Nakane (2004), o *spread* bancário no Brasil é, de uma forma geral, gerado a partir da agregação de diversos fatores de custo e de margem.

No Brasil, a decomposição contábil do *spread* é feita pelo BCB e sua metodologia foi desenvolvida pelo mesmo no ano de 1999. Assim, com a finalidade de identificar e criar mecanismos para a redução dos custos e expansão do volume de crédito no Brasil.

De acordo com Afonso, Kohler e Freitas (2009), os determinantes do *spread* bancário no Brasil são avaliados pelo BCB a partir de decomposição contábil, e é este exercício que permite avaliar, *ex-post*, como o *spread* é formado. Contudo, essa decomposição não permite que o impacto de outras variáveis sobre o *spread* seja quantificado.

Como é mencionado no seguinte trecho:

Uma decomposição contábil, entretanto, não permite quantificar qual o impacto de um aumento na volatilidade do PIB sobre o spread. Para conhecer esse impacto, é necessário fazer uso de algum método econométrico que quantifique a relação entre as variáveis explicativas e o spread. (AFONSO, KHOLER E FREITAS, P. 13, 2009)

Ainda segundo os autores, o Banco Central decompõe o *spread* basicamente em cinco componentes, sendo eles: o custo administrativo, inadimplência, custo do compulsório, tributos e taxas e o resíduo. O custo administrativo é referente aos insumos utilizados pelos bancos, como capital físico, recursos operacionais, depósitos e trabalho. A decomposição do *spread* é influenciada pela forma como esses elementos são designados em cada atividade bancária.

A inadimplência é definida por Annibal (2009) como “o fracasso em pagar determinada quantia nos termos do contrato original da operação de crédito”. Em outras palavras, quando um credor deixa de cumprir com seus acordos ou obrigações por um período previamente determinado pela instituição, ele passa a ser considerado um devedor. Neste contexto, segundo Afonso, Kohler e Freitas (2009), os bancos se baseiam na possibilidade de futura inadimplência, e não na inadimplência já ocorrida, e com isso tendem a aumentar o *spread* e a decomposição incorretamente.

Os compulsórios são recolhimentos exigidos pelo BCB às instituições financeiras que utilizam os recursos do Banco Central. Sua taxa (custo do compulsório) é calculada pelo banco baseada no percentual dos recolhimentos, como depósitos à vista, depósitos a prazo, depósitos em caderneta de poupança, entre outros, e cada modalidade possui alíquotas e deduções específicas⁹. Souza (2006)

Os tributos e taxas pressupõem os impostos indiretos que incidem sobre a intermediação financeira. Como, por exemplo, PIS (Programa de Integração Social), IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), também fazem parte o IR (Imposto de Renda) e CSLL (Contribuição Sobre o Lucro Líquido).

⁹ Maiores informações sobre os depósitos compulsórios e suas modalidades podem ser encontradas em <http://www.bcb.gov.br/htms/novaPaginaSPB/compulsorios.asp>

Enfim, de acordo com Afonso, Kohler e Freitas (2009), o resíduo (ou margem líquida) corresponde à diferença entre o *spread* total e a soma dos outros quatro componentes, representando a margem líquida do banco, ou mesmo o lucro. Trata-se de “uma medida imperfeita da margem do banco, uma vez que incorpora todos os erros e omissões da estimativa”. (JUNIOR, PAULA E LEAL, 2009, 2013).

Dessa forma, o Banco Central estrutura o *spread* bancário brasileiro (*ex-ante*), e vem fazendo o estudo do *spread*, seus componentes e decomposição contábil, desde 1999, com o projeto “Juros e *Spread* Bancário”. Desde então, o Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central (DEPEP), analisa os componentes do *spread* através da metodologia do BCB, e os apresenta à sociedade por meio do relatório de Economia Bancária e Crédito e das notas para imprensa sobre política monetária e crédito.

4.5 Determinantes do *spread* e metodologia do Banco Central

Desde o ano 1999, a metodologia usada pelo Banco Central para calcular a composição do *spread* bancário sofreu por algumas alterações. Desde então, anualmente os estudos do BCB são disponibilizados pelo seu Departamento de Pesquisa. Entretanto, a atual metodologia contábil utilizada pelo BCB foi apresentada por Costa e Nakane (2004), com o intuito de solucionar algumas limitações presentes nos estudos anteriores.

Nesse estudo, os autores objetivavam resolver alguns problemas identificados nas análises anteriores. Dentre eles, é importante destacar a utilização de apenas 17 bancos para a composição da taxa média de empréstimo, a forma de divisão dos custos administrativos¹⁰ e a falta do cálculo do custo compulsório na decomposição.

Costa e Nakane (2004) utilizaram nesta nova metodologia, uma amostra composta por 148 bancos comerciais, desconsiderando a amostra anterior. Fazem a divisão do custo administrativo de forma proporcional, baseando-se no comportamento maximizador, além de

¹⁰ A divisão dos custos administrativos foi identificada no trabalho por ignorar o fato de que despesas impostas retém capital pode gerar retorno tanto positivo quanto negativo para a instituição (COSTA e NAKANE, 2004).

reinsere o cálculo do compulsório novamente na decomposição do *spread*, baseando-se em Barajas.¹¹

Dessa maneira, a metodologia utilizada atualmente pelo BCB para fins de decomposição do *spread* e análise da sua composição e seus determinantes, será demonstrada a seguir utilizando algumas equações utilizadas por Costa e Nakane (2004) para explicar o cálculo dos seus componentes.

As despesas administrativas são calculadas com base no método de alocação de custos de Aumann-Shapley¹², e são obtidas a partir do custo unitário de uma unidade de negócio, aplicando-se o novo método de preços, o custo total da carteira e o custo total do banco, da seguinte forma:

$$ADM = N * ASp * E$$

As despesas de inadimplência são calculadas com base nas seguintes equações:

$$INAD = iemp - \left((1 + iemp)^{\frac{t}{N}} - N - t \text{ inad} \right)^N - 1$$

$$t \text{ inad} = \text{despprov} - \text{reversões} / \text{empréstimos}$$

$$iemp = \frac{\left[\prod_{t=1}^T \sum_j V_j * \frac{(1+i_j)}{T} \sum_j V_j \right]^{21}}{T} - 1$$

Iemp = taxa média de empréstimo mensal por banco

Vj = volume da carteira da modalidade de empréstimos j

ij = taxa de juros de empréstimo da modalidade j

Icap = custo de captação

N = prazo médio das operações de empréstimo

¹¹ Segundo Barajaset *al.* (1999), quando o *spread* aumentou entre os anos de 1974 e 1980, a taxa de empréstimo se manteve estável enquanto a alíquota dos compulsórios diminuiu. Assim, ela pode ser considerada impactante na composição do *spread*.

¹² De acordo com Costa e Nakane (2004) o método de Aumann-Shapley foi desenvolvido com a ideia de sugerir uma divisão de custos conjuntos preservando alguns princípios presentes em ambientes de custos separáveis, como consistência, eficiência, aditividade e monotonicidade.

Trata-se basicamente da taxa de inadimplência (*tinad*) calculada com a subtração das despesas de provisão com as reversões, divididas pelo volume dos empréstimos. A relação desta taxa com a taxa de empréstimos (*iemp*) resulta na taxa de inadimplência recebida pelo banco.

Costa e Nakane (2004) ressaltam que as elevadas taxas de recolhimentos compulsórios no Brasil (45% sobre os depósitos à vista, 15% nos depósitos a prazo e 30% nos depósitos em poupança), impactam na precificação do crédito por parte dos bancos. Na decomposição, o compulsório é encontrado a partir do cálculo da taxa de custo do compulsório sobre os depósitos a prazo e a remuneração à Selic.

$$CCOMP(DP) = tx\ cDP * (icap - icDP) / (1 - FGC - txcDP) + DV/DP(1 - FGC - txcDV)$$

$$CCOMP(DV) = \frac{DY}{DP} * txcDV * \frac{icap - icDV}{(1 - FGC - txcDP) + DV/DP(1 - FGC - txcDV)}$$

$$FGC = 0,025\%C[(1 + icap)N]$$

CCOMP(DP): Custo do compulsório sobre depósitos a prazo

CCOMP(DV): Custo do compulsório sobre depósitos a vista

txcDP e *txcDV*: Taxa do compulsório sobre depósitos a prazo e à vista

icDP e *icDV*: remuneração dos compulsórios à prazo e à vista à Selic

FGC: Fundo Garantidor de Crédito

DV: Volume de depósitos à vista

DP: Volume de depósitos a prazo

Os tributos ¹³dividem-se entre indiretos e diretos, e o cálculo da participação deles no spread é feito para cada um individualmente, e a metodologia ainda segue a utilizada no primeiro estudo do BCB. De acordo com o Apêndice A contido no primeiro estudo do Banco Central, o ganho bruto do banco (G), é a soma dos juros recebidos pelo empréstimo mais os recebidos sobre o depósito compulsório menos os juros pagos ao investidor, menos o custo operacional.

$$G = E\{ i_{emp} - \tau + (r i_{comp} - i_{cap}) / (1 - r - x1)\}$$

$$PIS = -x6(G + \tau E)$$

$$COFINS = -x7(G + \tau E)$$

$$FGC = -x1 C = E / (1 - r - x1)$$

$$CSLL = -x5 [G(1 - x6 - x7) - x1C]$$

$$IR = -x4 [G(1 - x6 - x7 + 0,01) - x1C]$$

$$E = C - x3C - rC$$

$$C = E / (1 - x1 - r)$$

G = Ganho bruto

E = montante do empréstimo concedido;

C = montante captado pelo banco para gerar recursos em magnitude E ;

r = alíquota de recolhimento compulsório sobre captação de depósitos a prazo ;

$x1$ = alíquota do fundo garantidor de crédito pago na captação de depósitos a prazo (0,025% ao mês);

¹³ Mais informações sobre a cunha fiscal e seu cálculo disponível em <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread2.pdf>

x_2 = alíquota do IOF sobre montante emprestado (0,0041% ao dia para PJ calculados linearmente; e 0,0164% para PJ)

x_3 = alíquota de CPMF (0,38%)

x_4 = alíquota de Imposto de Renda sobre pessoa jurídica, (25%) para pessoa física (20%)

x_5 = alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (12%)

x_6 = alíquota de PIS (0,65% sobre o faturamento)

x_7 = alíquota de COFINS (3% sobre o faturamento com abatimento de 1% na declaração da Contribuição Social)

O último componente, o resíduo do banco, é, como já pontuação anterior, o que resta após a dedução de todos os componentes anteriores, despesas administrativas, custo da inadimplência, compulsório e tributos. Assim

$$RB = iemp - FGC - CCopm - ADM - INAD - Ctributos$$

A seguir, é possível observar nas tabelas extraídas dos Relatórios de Economia Bancária e Crédito¹⁴, respectivamente, o resultado dos cálculos efetuados para decompor o spread bancário e o percentual da participação de cada um desses componentes nos últimos anos. Lembrando que, desde o início do projeto a metodologia de cálculo foi aprimorada no decorrer dos anos.

Quadro 1 - Decomposição do Spread 2001 - 2007 - Unidade (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Custo Administrativo	13,18	15,02	11,79	14,18	15,46	12,36	13,5
Inadimplência	32,36	32,2	31,96	34,66	36,1	38,34	37,35
Custo do Compulsório	5,3	15,08	4,81	6,45	4,96	3,39	3,59
Resíduo Bruto	42,23	29,92	44,36	37,1	35,35	38,24	37,46
Impostos Diretos	14,11	11,5	13,37	11,03	9,92	10,05	10,53
Resíduo líquido	28,12	18,42	30,99	26,07	25,43	28,19	26,93

Fonte: Banco Central do Brasil

¹⁴ O Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2014 é o mais recente disponibilizado no site do Banco Central. http://www.bcb.gov.br/pec/depep/spread/rebc_2014.pdf

Quadro 2 - Decomposição do Spread 2008- 2014 - Unidade (%)

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Custo Administrativo	8,32	11,31	10,92	9,80	13,52	11,77	9,23
Inadimplência	24,02	28,75	24,94	24,09	30,06	26,62	24,73
Custo do Compulsório	4,07	4,01	2,98	1,26	3,46	2,49	2,87
Resíduo bruto	63,59	55,93	61,15	64,84	52,97	59,11	63,17
Impostos Diretos	25,43	22,38	24,46	25,94	21,19	23,64	25,41
Resíduo Líquido	38,15	33,56	36,69	38,91	31,77	35,47	37,75

Fonte: Banco Central do Brasil

Comparando as duas tabelas, é possível observar algumas mudanças na decomposição do *spread*. Primeiramente, é possível notar a mudança no resíduo bruto, que entre os anos 2001 e 2007 apresentou sua maior média em 2003, com participação de 44,36%. De 2007 para o ano 2008 houve neste componente um aumento de 26,13%. A partir daí a porcentagem do resíduo bruto continuou com valores bastante elevados, em comparação com o período anterior, chegando ao valor máximo de 64,84% no ano de 2011, presume-se que isso seja equivalente a quase 65% do *spread*.

Os componentes inadimplência e resíduo líquido também apresentam percentuais elevados na decomposição, porém com trajetórias inversas. A inadimplência apresentava entre os anos 2001 e 2007 aproximadamente 32%, sendo em 2006 seu valor mais elevado entre os 6 anos, 38,34%. Já em 2008 apresentava 24,02%, e de uma forma geral, o mesmo apresentou trajetória de redução desde então.

O caminho inverso ocorre com o resíduo líquido, que até o ano 2007 teve valores entre 18,42% e 31%, sendo este o maior valor durante o período. A partir do ano 2008 tais valores apresentaram uma tendência de aumento, em 2007 equivalia a 26,93%, já no ano seguinte apresentava 38,15% e apesar de reduzir no ano seguinte, ainda apresentava tendência de aumento em relação ao período anterior, chegando a 38,91% no ano de 2011.

Os demais componentes já apresentam porcentagens mais amenas na decomposição. O custo administrativo no decorrer destes 14 anos diminuiu gradativamente, e em 2014 apresentava apenas 9,23%, o custo do compulsório seguiu a mesma trajetória, sendo equivalente a 2,87% no mesmo ano.

Em geral, é possível observar que existiu durante esses dois períodos uma certa inversão nas tendências de crescimento dos componentes, enquanto o *spread* total seguiu em trajetória de crescimento até meados de 2005, e a partir de 2006 iniciou gradativamente a

reduzir, sendo visível no ano de 2013 sua queda mais expressiva, apresentando redução de 9,2% em relação ao ano anterior.

Com base nos relatórios e na literatura utilizada como referência, pode-se concluir que a elevação dos percentuais dos componentes do *spread* tende a elevar as médias do mesmo, e por esse motivo, realizar sua decomposição e analisar o impacto de cada um dos seus componentes no *spread* geral é importante. Em síntese, Junior, Paula Leal (2013), afirmam que a redução no *spread* total após 2006 pode ser explicada por alguns fatores como, por exemplo, a redução da Selic e a maior expansão da oferta de crédito no país, que apresentou tendências de crescimento após 2005, impulsionadas principalmente pelos empréstimos à pessoa física.

É válido ressaltar, que os *spreads* também podem sofrer influências de fatores macroeconômicos, Paula e Leal (2006), argumentam que a alta volatilidade das taxas de juros aumenta o risco do banco, além de poder contribuir para o baixo crescimento em alguns setores, como o de produção industrial, e com isso pode gerar aumento da inadimplência dos empréstimos e conseqüentemente a demanda por crédito.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho realizou uma breve análise sobre o mercado de crédito e o *spread* bancário no Brasil, para isso, efetuou inicialmente um sucinto resumo sobre o Sistema Financeiro Nacional, sua formação, reestruturação e funcionamento, com o intuito de expor sua evolução. Para tal, foi utilizada vasta literatura como referência e pesquisa, relacionadas ao mercado financeiro, de crédito e ao *spread* bancário.

Com base na literatura utilizada, foi possível observar e ressaltar a importância da expansão do crédito para o crescimento econômico e o impacto que pode exercer sobre ele. Além de destacar a importância de sua relação com o *spread* bancário, que por seus valores elevados no país, tende a influenciar negativamente sobre as taxas de juros das operações financeiras. Como visto em Paula e Leal (2006), Oreiro *et al* (2006) Souza (2007), Soihet e Coutinho (2011) e Paula, Junior, Leal (2013), esta influência gera elevação dos custos do crédito, limitando o consumo e conseqüentemente o crescimento econômico do país.

Dessa forma, foram apresentadas as médias do *spread* bancário brasileiro, observando sua trajetória desde a implantação do Plano Real, até o período recente. Tal estudo foi efetuado com o intuito de expor a importância que as taxas de juros bancárias apresentam para a sociedade e economia em geral. Com base na literatura utilizada para este estudo, observou-se que o *spread* apresentou forte tendência de queda após 2006, e que essa redução foi bastante significativa, ao se comparar os patamares que o *spread* brasileiro alcançou nos anos 94 e 95 (em média 130 pontos percentuais).

Contudo, observou-se que mesmo após apresentar queda, seus valores comparados a outros países, ainda está dentre os mais elevados, o que faz com que seja relevante continuar estudando o *spread*, buscando compreender sua formação e componentes, para se buscar alternativas e formas de redução.

Com este estudo, e com base na literatura analisada, conclui-se que tanto o volume de crédito, quanto a média do *spread* em períodos de maior estabilidade financeira apresentam resultados mais satisfatórios e positivos para o crescimento econômico. Ao passo que um cenário econômico estável seja bastante efetivo e necessário para se reduzir os *spreads* e conseqüentemente o custo do crédito em nosso país

6 BIBLIOGRAFIA

AFONSO. J.R; KOHLER.M.A; FREITAS.P.S. **Evolução e Determinantes do Spread Bancário no Brasil**. Brasília (DF), Senado Federal; Textos para discussão nº 61, agosto de 2009.

ANNIBAL, Clodoaldo Aparecido. **Inadimplência do Setor Bancário Brasileiro: uma avaliação de suas medidas**. Brasília (DF), BCB, Trabalhos para Discussão, setembro de 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **História do Banco Central**. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/Historia/HistoriaBC/historia_BC.asp

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 1999**, Brasília, dezembro, 1999. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread1.pdf>.

___ **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2002**, Brasília, dezembro, 2002. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/ftp/juros-spread122002.pdf>.

___ **Relatório de Economia bancária e Crédito 2005**, Brasília, dezembro, 2005. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf.

___ **Relatório de Economia bancária e Crédito 2008**, Brasília, dezembro, 2008. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Nota para a Imprensa de Política Monetária e Operações de Crédito: Nova estrutura de dados de crédito – Nota Metodológica**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/ftp/infecon/notaempr.pdf>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF**. Brasília, dezembro de 1987. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?COSIF>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, **Bancos Brasileiros após a Resolução 1524, de 21.09.88**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/e882000/texto.asp?idpai=RELSFN19882000>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema gerenciador de séries temporais**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/SERIESTEMPORAIS>

BARBOSA, Fernando de Holanda. **O sistema financeiro brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas, 1995. Disponível em <http://www.fgv.br/professor/fholanda/Arquivo/Sistfin.pdf>.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **A exuberante liquidez global**. Princípios, São Paulo, nº 79, jun./jul, 2005.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. Art. 192. **Capítulo IV**: O Sistema Financeiro Nacional. **Emenda Constitucional** nº40, 29 de maio, 2003. **Lei** nº 8.92, de 30 de dezembro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm

COSTA, A.C; NAKANE, M. **Revisitando a metodologia de decomposição do spread bancário no Brasil**, 23 setembro de 2004.

_____. **Revisiting the methodology for the bank interest spread decomposition in Brazil**: An Application of the Theory of Cost Allocation. 2005.

_____. **A decomposição do spread bancário no Brasil**, Banco central do Brasil, paper III, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Notas técnica Juros e Spread bancário**, nº 109, abril, 2002. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>.

FREITAS, A. P. G.; PAULA, L.F.R. **Concentração regional do crédito e consolidação bancária no Brasil**: Uma análise pós-Real. Revista Economia, jan/abr 2010. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n1p97_123.pdf

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. Ed 16. Qualitymark, Rio de Janeiro, 2005.

JUNIOR, H.O.M. R; PAULA, L. F; LEAL, R. M. **Decomposição do spread bancário no Brasil**: uma Análise do Período Recente. Brasília (DF), Revista Nova Economia, v.14, abril 2013.

LEAL, R.M. **Estrutura e determinantes do spread bancário no Brasil**: uma resenha comparativa da literatura empírica. Dissertação de mestrado em economia – PPGCE/UERJ, 2006.

LEAL, R. M; PAULA, L. F. **Spread bancário**: uma análise comparativa a partir da literatura internacional. Revista Análise econômica, Porto Alegre (RS), nº56, setembro, 2011.

LIMA, I. S; LIMA, G. A. S.F; PIMENTEL, R. C. Curso de Mercado Financeiro: tópicos especiais. Revista Atlas, São Paulo (SP), 2007.

LUNDBERG, Eduardo Luis. **Bancos oficiais e crédito direcionado**: O que diferencia o mercado de crédito brasileiro? Trabalhos para discussão nº258, novembro, 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/TD258.pdf>

MÜLLER, E.; LIMA, F. C. C. Moeda e Crédito no Brasil: breves reflexões sobre o primeiro Banco do Brasil (1808-1829). Revista Tema Livre, Niterói, ano VI, n. 12, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/MoedaeCredito.html>.

OREIRO, J.L.C, **Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil**: Teoria e evidência recente. Revista Economia Aplicada, vol.10, nº4, Ribeirão Preto, 2006.

PAULA, L. F.; LEAL, R.M. **Custo do crédito no Brasil**: Uma avaliação recente, Revista Indicadores Econômicos. FEE, Porto Alegre, setembro de 2006.

PAULA, L.F; OREIRO, J.L; BASILIO, F.A.C. **Estrutura do setor bancário e ciclo recente de expansão do crédito**: o papel dos bancos públicos federais. Revista Nova Economia, vol.23, nº3, Belo Horizonte, setembro de 2013.

PIMENTEL, R. C; CAMBRIA, M. **Estrutura do sistema financeiro nacional**. In: LIMA, LIMA e PIMENTEL. (Org.). Curso de Mercado Financeiro (2a Ed.). São Paulo: Ed. Atlas, 2012

PINHEIRO, J. L. **Mercado de Capitais**: Fundamentos e Técnicas. ed. 3 São Paulo: Atlas, 2006.

SARETTA, Fausto. Figuras Representativas: Octávio Gouvêa de Bulhões (1906-1990). Estudos Avançados, vol.15, nº41, São Paulo Jan./Apr, 2000.

SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L. C.; PAULA, L. F. **Spread Bancário no Brasil**: uma Avaliação Empírica Recente. In Sistema Financeiro: Uma análise do setor bancário brasileiro. Editora Campus, 2007.

SOIHET, Elena; COUTINHO, Raquel Dourado. **Spread bancário brasileiro**: Evolução, determinantes e decomposição contábil (1994-2008). Rio de Janeiro/RJ, IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), agosto de 2011.

World Bank, **Annual Report, 2005**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/>